



**Espacio Abierto Cuaderno Venezolano de Sociología**

ISSN 1515-0006 / Depósito legal pp 199202ZU44

Vol. 23 No. 3 (julio-septiembre, 2014): 495 - 514

## **A acessibilidade e as barreiras cotidianas: a percepção de Gabriel Feiten e de seus familiares**

*Gustavo Roese Sanfelice\**

*Carla Denise Galle\**

*André Luiz dos S. Silva\**

*Mary Sandra Guerra Ashton\**

---

### **Resumo**

O presente estudo adota como tema central a história de Gabriel Feiten, um atleta paraolímpico que após um acidente ficou tetraplégico e vivencia as barreiras cotidianas impostas pela falta de acessibilidade e encontra na motivação individual a força para enfrentar os desafios e superar suas limitações. Tem como objetivo analisar, a partir do aporte teórico sócio-antropológico da vida cotidiana, as dificuldades e necessidades enfrentadas por Gabriel, bem como promover uma reflexão sobre a superação dos próprios limites. Utilizou-se o método exploratório descritivo com abordagem qualitativa para a reflexão teórica e a história oral na pesquisa de campo. Para tanto foram realizadas entrevistas com Gabriel Feiten, seus familiares e treinadores a fim de obter relatos sobre os desafios enfrentados por Gabriel desde o acidente. Entre os resultados foi possível observar a carência de maior atenção da parte do setor público, privado e sociedade civil sobre as necessidades de infraestrutura e atendimento adequado a essa parcela da população. Essa pesquisa, ainda revelou a importância da participação da família, amigos e profissionais.

**Palavras chave:** Acessibilidade, Deficiência, Barreiras cotidianas, Superação dos limites, História de vida.

---

Recibido: 08-11-2013/ Aceptado: 21-05-2014

\* Universidade Feevale. Novo Hamburgo, Brasil. E-mail: sanfeliceg@feevale.br - marysga@feevale.br

## Accessibility and Daily Barriers: The Perception of Gabriel Feiten and his Family

---

### Abstract

The central theme of this study is the story of Gabriel Feiten, a Paralympic athlete who became quadriplegic after an accident, who experiences daily barriers imposed by the lack of accessibility and finds in individual motivation the strength to face challenges and overcome his limitations. The study aims to examine, from the socio-anthropological theoretical framework of everyday life, the difficulties and needs faced by Gabriel, as well as to promote reflection about overcoming one's own limitations. The exploratory, descriptive method with a qualitative approach was used for theoretical reflection, and oral history was used in field research. Interviews were conducted with Gabriel Feiten, his family and coaches to obtain reports about the challenges faced by Gabriel since the accident. Among the results, it was possible to observe the lack of attention from public and private sectors and from civil society regarding infrastructure needs and appropriate care for this population segment. The research also revealed the importance of the involvement of family, friends and professionals.

**Keywords:** Accessibility, deficiency, daily barriers, overcoming limits, life history.

## La accesibilidad y las barreras cotidianas: la percepción de Gabriel Feiten y de sus familiares

---

### Resumen

El presente estudio adopta como tema central la historia de Gabriel Feiten, un atleta paraolímpico que después de un accidente quedó tetrapléjico, que vive las barreras cotidianas impuestas por la falta de accesibilidad y encuentra en la motivación individual la fuerza para enfrentar los desafíos y superar sus limitaciones. Tiene como objetivo analizar, a partir del aporte teórico socio-anropológico de la vida cotidiana, las dificultades y necesidades enfrentadas por Gabriel, así como promover una reflexión sobre la superación de los propios límites. Se utilizó el método exploratorio descriptivo con abordaje cualitativo para la reflexión teórica y la historia oral en la investigación de campo. Para ello fueron realizadas entrevistas con Gabriel

Fieten, sus familiares y entrenadores con el objetivo de obtener relatos sobre los desafíos enfrentados por Gabriel desde el accidente. Entre los resultados fue posible observar la carencia de una mayor atención por parte del sector público, privado y de la sociedad civil sobre las necesidades de infraestructura y atención adecuada a ese segmento de la población. Esta investigación, también reveló la importancia de la participación de la familia, amigos y profesionales.

**Palabras clave:** Accesibilidad. Deficiencia. Barreras cotidianas. Superación de los límites. Historia de vida.

## **Introdução**

O contexto mundial aponta para a carência de maior atenção no quesito acessibilidade. A partir da divulgação do número de brasileiros com deficiência e mobilidade reduzida, assiste-se a urgência de pensar em novas formas de convívio social que possam priorizar a igualdade dos direitos dos cidadãos, entre elas destaca-se a questão da livre mobilidade e inclusão social voltada aos aspectos que tangem à acessibilidade. Para tanto, impõem-se vários questionamentos como: qual o nível de acessibilidade da minha cidade/residência? Quais os espaços públicos e privados acessíveis ou adaptados? A pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida pode locomover-se livremente pela cidade? Quais os locais que devem ser adaptados? Qual o papel do setor público e da sociedade civil? Como a população pode contribuir para a promoção de um ambiente acessível para todos?

Essas inquietudes permeiam diariamente as mentes das pessoas que possuem entre suas relações alguém com mobilidade reduzida ou deficiência física. Por todos os lados da cidade ou mesmo dentro de casa, o que se observa são barreiras, dificultando ou impedindo o desempenho diário das mais simples atividades das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, esse trabalho versa sobre a temática acessibilidade, utilizando a história de Gabriel Feitem, um atleta paraolímpico que após um acidente automobilístico foi acometido pela tetraplegia, com o objetivo de compreender as dificuldades e necessidades enfrentadas diariamente pelas pessoas com deficiência.

Para o desenvolvimento desse estudo utilizou-se o método exploratório descritivo com abordagem qualitativa propondo uma reflexão teórica com enfoque sócio-antropológico da vida cotidiana, História Oral na pesquisa de campo por meio de entrevista, além de análise.

Está estruturado em quatro partes complementares: inicialmente, apresenta o método adotado, em seguida busca conceituar os termos acessibilidade, deficiência, barreiras e inclusão social, fundados em pesquisas desenvolvidas por autores consolidados nessa temática como: Sasaki (2006; 2011), Ely e

Dischinger (2003), Costeira (2008), Fritzem (1998), Fávero (2004), Certeau (1999), Goffman (2004), Salvador (2008), bem como do amparo legal na Constituição Federal brasileira e nas Leis vinculadas à acessibilidade. Após traz o relato da História Oral da vida de Gabriel Feiten, apontando para as dificuldades enfrentadas no dia a dia pela falta de acessibilidade e da superação motivada pela intenção de voltar a estudar e ter seu próprio negócio, mesclando com uma visão sócio-antropológica da vida cotidiana, Finalmente traz a análise desta pesquisa, buscando os cruzamentos entre a sustentação teórica apresentada e os relatos da vida de Gabriel e as dificuldades enfrentadas na sua readequação à vida cotidiana.

Entre os resultados espera-se sensibilizar as instâncias públicas e privadas, e contribuir para maior atenção à acessibilidade na infraestrutura cidadina, nos ambientes domésticos e comerciais em geral, dando oportunidades iguais a essa parcela da população brasileira que se encontra, ainda desatendida.

## **Metodologia**

Fundamentado nos pressupostos teórico metodológicos da História Oral, o presente texto parte do entendimento de que o depoimento, sobre o passado, uma vez feito no tempo presente, é permeado por lembranças, esquecimentos, assim como, atravessamentos de tempos diversos. Assim, acessar as memórias de Gabriel Feiten, os sentimentos desencadeados e os significados por ele atribuídos, diz respeito à "presença do passado no presente imediato das pessoas" (Meihy, 1998:13). Desta forma, os pressupostos da História Oral indicam que as noções de "verdade" e "realidade" são construções do depoente. Mais importante do que verificar se tal fato realmente aconteceu, é localizar as "verdades" do entrevistado dentro das construções de sua trajetória. Neste sentido, as entrevistas feitas com Gabriel Feiten tiveram a intenção de lhe dar liberdade para evidenciar suas expectativas, desejos, frustrações, fantasias e sofrimentos. Além de Gabriel, outros sujeitos foram ouvidos, com a intenção de registrar relatos de pessoas que estiveram próximas a ele. Para Meyhi e Holanda (2007), a existência de um grupo de pessoas a serem entrevistadas é condição para a realização de uma pesquisa que envolva a história oral. A colaboração, por parte dos entrevistados, faz parte do processo de interação com o fato, pois eles participaram, vivenciaram e presenciaram as ocorrências e situações ligadas ao tema e podem fornecer depoimentos significativos (Alberti, 2004). Além disso, as pessoas selecionadas para entrevista contribuíram com documentos valiosos, como fotografias, matérias de jornais e revistas. Neste sentido, outros tantos documentos guardados pelos depoentes foram utilizados na confecção da narrativa, auxiliando tanto nos momentos dos relatos orais, quanto nos processos de construção da narrativa, servindo de indícios costurados às fontes produzidas pela História Oral.

Conforme Alberti (2004), ao ampliar os tipos de fontes, foi possível identificar divergências, recorrências e também concordâncias entre as diferentes versões obtidas no decorrer das entrevistas, aprofundando as possibilidades de análise, a partir da transcrição das entrevistas e do enfoque sócio-antropológico da vida cotidiana de Gabriel Feiten.

Entendida como um método, uma técnica e também como uma fonte de pesquisa, a História Oral dedica-se a “ouvir” e a “dar voz” às pessoas que, em alguma medida, estiveram próximas ou oferecem informações sobre o que se pretende investigar. Ao propor a entrevista como técnica, a História Oral produz fontes e materializa, por meio da palavra escrita, “novos” fragmentos sobre o passado, podendo assim, servir a outros tantos estudos (Alberti, 2004).

A entrevista em História Oral é a manifestação do que se convencionou chamar de documentação oral, ou seja, suporte material derivado de linguagem verbal expressa para esse fim. Para Meihy (1998), a história oral consiste em gravações premeditadas de narrativas pessoais, feitas diretamente de um entrevistador para um entrevistado, seguindo a orientação de um projeto de pesquisa. A História Oral, então, articula ao mesmo tempo pesquisa e documentação e, como tal, oferece dados à produção da História como narrativa, ao mesmo tempo em que constrói memórias. Na História Oral a memória construída nos depoimentos são balizadas pelas experiências vividas por um sujeito ou grupo de pessoas e, com isso, coloca em evidência vozes marcadas pela subjetividade e pela especificidade de cada depoente (Rouso, 1998).

Utilizando como marco inicial o acidente de trânsito que sofreu em março de 2002, os processos de entrevista seguiram os seguintes passos: 1) Identificação das pessoas a serem entrevistadas: além de Gabriel Feiten foram ouvidos quatro depoentes entre os meses de setembro e novembro de 2011, todos com relações muito próximas ao entrevistado principal: a mãe (Maria Feiten), o pai (Dilceu Feiten), o irmão (André Feiten) e a irmã (Fernanda Feiten); 2) Elaboração do roteiro de entrevistas para cada sujeito; 3) Realização da entrevista, gravada digitalmente; 4) Processamento da entrevista que envolve a transcrição, cópiadesque e leitura final; 5) Devolução da entrevista em formato de texto, para conferência do entrevistado; 6) Assinatura do Termo de consentimento livre e esclarecido e de um documento cedendo a divulgação dos depoimentos de caráter histórico.

## **Deficiência, Acessibilidade e Inclusão Social no Contexto Brasileiro**

A Norma Brasileira ABNT NBR 9050 define o termo deficiência como: “redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente”.

No Brasil, o Decreto Lei nº 3298 de 20 de dezembro de 1999, artigo 3º, parágrafo 1, faz saber que a pessoa com deficiência é aquela que “apresenta perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

As pessoas com deficiência somam 26,5 milhões de brasileiros, responsáveis por uma parcela de 14,5% da população, conforme os dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010) no Brasil existem 46 milhões de brasileiros com algum tipo de deficiência, o que significa que 24% da população brasileira apresentam alguma deficiência física, mental ou dificuldade para enxergar, ouvir ou locomover-se. Os dados do censo apontam ainda que 13.265.599 milhões de pessoas declararam ter mobilidade reduzida, correspondendo a 6,95% da população brasileira, sendo que destes, uma grande parcela é usuária de cadeiras de rodas. A cada mês cerca de 10 mil brasileiros adquirem algum tipo de deficiência, provocadas basicamente por acidentes com armas de fogo e acidentes de automóvel (Marques, 2007).

No Brasil, sabe-se de cerca de quarenta casos novos anuais por milhão de habitantes, perfazendo um total de seis a oito mil casos por ano. Considerando-se o significativo número de pessoas com grande dificuldade ou incapacidade de caminhar, ressalta-se a necessidade de locais acessíveis que permitam a locomoção e os deslocamentos dessas pessoas livremente, de maneira facilitada e com autonomia. É correto observar que existe a necessidade de uma avaliação dos locais públicos por profissionais preparados e especialistas na temática, além dos locais privados como consultórios médicos, clínicas e comércio em geral, que possuem barreiras impeditivas da livre locomoção com autonomia. As várias formas de deficiências demandam diferentes tipos de adaptações para garantir a segurança e a facilidade na locomoção dos deficientes, tornando-se acessíveis para todos os tipos de deficiências (Ashton e Heidrich, 2011).

A inclusão é um processo de mudança do sistema social para acolher toda a diversidade humana, compreende uma transformação total, envolvendo a adaptação do espaço físico e a atitude humana (Sasaki, 2011). “É bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades a todos” (Sasaki, 2006, p.7). Sasaki (2011) considera a existência de seis barreiras excludentes: Arquitetônica (não permite a acessibilidade da pessoa com dificuldade de locomoção), comunicacional (a linguagem verbal ou visual utilizada não alcança todas as pessoas), atitudinal (atitude preconceituosa), metodológica (métodos de ensino, trabalho e lazer homogêneos), instrumental (instrumentos utilizados para trabalhar, brincar que não atendem as limitações), programática (leis, portarias, regulamentos e políticas

que perpetuam a exclusão). Afirma que enquanto a sociedade não remover as barreiras nessas seis áreas, essa parcela da população vai continuar excluída.

Ross (1998) contribui com esse estudo ao defender que existem sete princípios para a inclusão: celebração das diferenças sem preconceitos; direito de decidir e tomar decisões; valorização da diversidade; direito de contribuir; promoção do aprendizado cooperativo; promoção da solidariedade humana; valorização da cidadania e da qualidade de vida. Para Tilley (2005) deve ser assegurado a todas as pessoas, sem exceção, de crianças a idosos, dos que possuem limitações físicas temporárias ou permanentes, que tenham condições igualitárias na qualidade de uso do espaço público urbano no âmbito da cidade.

Em contribuição têm-se os estudos desenvolvidos por Sasaki (2006; 2011), Ely e Dischinger (2003), Costeira (2008), Fritzem (1998), Fávero (2004), entre outros, que sustentam a ideia da participação de todas as pessoas na sociedade. Para tanto, os ambientes devem ser compatíveis com as necessidades específicas contemplando todos os seres humanos, tendo a acessibilidade como facilitadora das oportunidades para todos com igualdade e, proporcionando o acesso democrático ao espaço urbano.

É urgente e fundamental para melhorar a qualidade de vida e ampliar o potencial de inclusão social propor espaços de uso democrático, para diferentes perfis de usuários. Todas as pessoas, sem exceção, que possuem limitações físicas temporárias ou permanentes, devem ter condições igualitárias na qualidade de uso do espaço público urbano, de uma casa ou de um ambiente construído, seja este interno ou no âmbito da cidade (Correr, 2003; Sasaki, 2006).

Para atender as necessidades dessa parcela da população foram criadas políticas de acessibilidade, programas públicos específicos voltados à inclusão social e adaptação dos espaços públicos. Cabe destacar que a Lei de Acessibilidade, conforme o Decreto-Lei 5296, de 2 de dezembro de 2004, define acessibilidade como sendo a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

O Brasil passa a discutir a questão da acessibilidade a partir das últimas duas décadas do século XX. A Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, por meio da NBR 9050 de 1994, estabelece normas para a acessibilidade de pessoas com deficiência em relação a edificações, espaços físicos, mobiliários e equipamentos urbanos (ABNT, 2004). A acessibilidade é amparada também no Decreto nº. 3.298/99 (Brasil, 1999), reforçada e individualizada na Lei nº. 10.098/00 (Brasil, 2000) instituindo normas gerais e critérios básicos que vão desde a promoção da acessibilidade mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios, meios de transporte e de comunicação. O Decre-

to-Lei 5296 de 2 de dezembro de 2004 define acessibilidade como sendo a condição para utilização, com segurança e autonomia total ou assistida, dos espaços, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida. A acessibilidade compreende a possibilidade de acesso a um lugar e/ou o uso de equipamentos de maneira independente (Brasil, 2004).

Para Oliveira e Manzini (2004) a acessibilidade não é um problema de grupos minoritários, e sim uma situação que pode ser vivenciada por todos. Atualmente, a acessibilidade leva em consideração também as pessoas idosas, crianças, pessoas com deficiência temporárias, pessoas cardíacas, obesas, pessoas que utilizam cadeiras de rodas, bengalas ou muletas, entre outros que vivenciam no seu cotidiano, obstáculos ou barreiras que o impedem de ir e vir. Portanto, a falta de acessibilidade estrutural cidadina afeta uma grande parcela da sociedade, interferindo no desempenho das mais simples funções diárias.

Desse modo, considera-se a urgência das adaptações e reformas na infraestrutura urbana pública e privada, incluindo rampas em passeios públicos, transporte coletivo adaptado, banheiros públicos para pessoas com deficiência, ambientes de trabalho adaptados, consultórios e clínicas médicas acessíveis, elevadores adaptados, entre outros, que possam facilitar a locomoção e o acesso das pessoas com deficiência.

Por sua vez, devem-se contemplar as políticas de inclusão para os espaços urbanos. A acessibilidade nas cidades pode ser vista como uma política pública de inclusão social, promovendo o respeito, na medida em que favorece o exercício da cidadania. Deve ser tratada como um tema transversal a todos os órgãos governamentais e da sociedade civil (Ashton e Hupffer, 2011).

O governo federal disponibiliza aos municípios brasileiros um programa de orientação para a implantação de propostas de acessibilidade. O programa Brasil Acessível (2006), tem como objetivo estimular e apoiar os governos municipais e estaduais a desenvolver ações que garantam acessibilidade para pessoas com restrição de mobilidade aos sistemas de transportes, equipamentos urbanos e a circulação em áreas públicas. Conforme observado, o Brasil possui legislação em âmbito nacional, regional e municipal, assim, esses programas não devem ser uma ação isolada, mas o resultado da união de esforços entre diversos setores da sociedade, que juntos devem se organizar observando as necessidades dos cidadãos e as melhores propostas para a implantação de um planejamento integrado de acessibilidade. Além disso, é importante ressaltar a necessidade de uma mudança de comportamento e de atitude da sociedade diante das pessoas com deficiência, eliminando preconceitos, um dos grandes entraves para a formação de uma sociedade igualitária (Sasaki, 2006).

A cidade acessível deve ser um objetivo municipal, que envolve toda a população. As cidades são espaços públicos, portanto de todos, para o uso coleti-



vo. Assim, sublinha-se que estas ações demandam de articulação entre diversos segmentos como a administração pública, a iniciativa privada e a própria comunidade. Cabe a cada segmento a responsabilidade de suas ações neste contexto.

## **Relatos da vida de Gabriel Feiten**

Nascido em 20 de Maio de 1980, Gabriel Feiten sempre se mostrou disposto às atividades físicas participando de equipes de várias modalidades esportivas de sua cidade. Inicia a faculdade de Educação Física, na ULBRA em Canoas, RS, Brasil, em 2000, quando em março de 2002, sofre um acidente voltando de *topic* (van que transporta estudantes) da faculdade para sua casa em Nova Hartz, RS. Nesse sentido Jornal Novo Mundo, 15/04/2004 publica:

“um trágico acidente de trânsito tirou de Gabriel Feiten inúmeras coisas, entre elas a capacidade de locomover-se. O acidente ocorrido quando Gabriel, em uma *topic*, voltava da ULBRA, foi inesperado e deixou não só a família, mas toda comunidade comovida, pois ele estava indo estudar e não fazer festa” (p. 04).

A partir da confirmação pelos exames e pelos médicos que não voltaria mais a andar, pois fora vítima de uma tetraplegia começava a corrida para a recuperação da autonomia muscular do que ainda seria possível. Gabriel Feiten relata que:

“por a gente ter capotado né...ah...ah a *topic* caiu... assim... dentro de um buraco fora da pista e eu bati a cabeça no teto e o teto me lançou contra o meu banco, então nessa amassada eu tive um corte na cabeça e acabei... hum... fraturando a vértebra 6 e cervical 7, ou C6 e C7 como dizem hoje e com essa quebra eu acabei lesando a minha medula, eu tive uma ruptura total de medula entre a C6, o que acabou me deixando tetraplégico”.

A lesão de Gabriel estava localizada nas vertebra cervicais (C6-C7) com rompimento de medula espinal o que resultou em uma tetraplegia. Para entender melhor as dificuldades que a lesão trouxe na vida de Gabriel Feiten depõe:

“Significa que eu tenho... que eu perdi todos os movimentos do peito para baixo, não mexo nada do peito para baixo, não sinto nada de peito para baixo e tenho dificuldade motora no membro superior, ou seja, eu não consigo movimentar os meus dedos... não tenho força total em flexão de punho e nem extensão de... de tríceps. Então são algumas limitações que não deixam mexer o peitoral...então...são assim...classificaçõeszinhas que essa inervação de...de...ruptura de a nível de C6 me deixou.

Com o problema instalado na medula espinal que se partira em nível de C6-C7, como ele mesmo explica, o deixou sem a sensibilidade e a ação motora

do peito para baixo, e ainda dificuldades nos braços e antebraços. Muitos dos movimentos perdidos fizeram Gabriel ouvir várias vezes a mesma frase de muitas pessoas e até dele mesmo, conforme relata seu irmão André Feiten:

“ele escutou a frase nunca mais, nunca mais eu vou fazer isso, nunca mais eu vou coçar o nariz, nunca mais eu vou fazer nada, e ele como um batalhador conseguiu acabar com esse nunca mais...”.

Foi necessária muita força de vontade e inúmeras adaptações para que a vida de Gabriel pudesse ser retomada e lentamente ele pudesse ter um pouco da normalidade da qual era acostumado. Para tanto, deveria dar início a um processo de aprendizado e reaprendizado constantes diante das limitações impostas pela lesão: aprender a andar de cadeira de rodas, aprender a comer, aprender a sentar, aprender a se apoiar, entre tantos outros. Assim, Gabriel ficou exposto a muitas dificuldades e se impôs muitos desafios. Conforme relatado pelo próprio Gabriel Feiten se pode ter uma ideia:

“Depois que eu me acidentei eu encontrei a minha primeira dificuldade... eu vim pra casa e aí descobri que era tão complicado para mim, por exemplo, rodar com uma cadeira dentro de casa e quando construíram não se tinha a preocupação de fazer uma porta de 90cm, ou seja, não vai precisa de 90cm pra atravessar uma porta, mas quando tu tiver numa cadeira de rodas e se não tiver pelo menos 80cm, tu não vai passar, então...já foi uma dificuldade de que eu encontrei já dentro da casa”.

A questão das dificuldades impostas pela falta de acessibilidade estava evidente na vida de Gabriel. A partir da lesão surgiram dificuldades para Gabriel desempenhar as mais simples atividades diárias como, se locomover dentro da própria casa. Essa nova condição de Gabriel impõem mudanças e necessidade de adaptação, mesmo nos afazeres simples e ordinários do cotidiano doméstico, gerando um custo funcional e emocional para todos os familiares (Salvador, 2008).

Nesse contexto, percebe-se a necessidade de infraestrutura adaptada para todos dentro e fora de casa. Nos relatos dos familiares de Gabriel nota-se que não é só um problema para ele, mas sim, para todas as pessoas que tem algum tipo de deficiência e possuem necessidades especiais como os idosos, as mães que conduzem carrinhos de bebês, usuários de bengalas, muletas, deficientes visuais, auditivos ou que tenham uma lesão temporária e que necessitam de espaços acessíveis para a realização de seus afazeres diários com autonomia.

Vários são os ambientes de interação do ser humano, contudo a habitação se apresenta como um dos mais importantes. Para Salvador (2008:436), “a utilização, por uma família comum da maioria dos objetos usuais domésticos [...] compreende os modos de vida como práticas comuns instituídas”. Neste

espaço particular o homem se apropria do espaço, impondo-o às suas necessidades, buscando encontrar sua identidade, fazendo prevalecer seu direito à privacidade e ao convívio familiar. Devido a importância apresentada por este ambiente, é fundamental que ele atenda às suas necessidades e especialmente, em se tratando de um morador que depende de uma cadeira de rodas, garanta seu uso e deslocamento (Santos, 2004).

O livre acesso para a mobilidade urbana é um direito de todo o cidadão, portanto deve dar condições a todos com igualdade para o desempenho das funções do cotidiano como o uso de transportes coletivos e também a disponibilidade de vagas de estacionamento. Com relação a isso o pai de Gabriel, Dilceu relata as dificuldades que enfrenta quando acompanha o filho:

“ primeiro lugar quase nenhum estabelecimento tem vaga pra parar o carro com deficiente, as pessoas até agora não conseguem dimensionar, vaga pra deficiente é uma vaga bem mais larga porque eu tenho que abrir as portas, botar uma cadeira do lado pra depois carregar o deficiente pra dentro do carro. Então, assim, ó... tem um buraquinho pra descer com o deficiente, do que que adianta tu não consegue chegar com o deficiente, só que as pessoas ainda não aprenderam a respeitar... o a...vaga pra deficiente”.

O caso descrito por Dilceu Feiten revela que essa realidade não é só um problema enfrentado na cidade natal de Gabriel, Nova Hartz, RS, mas na maioria das cidades brasileiras que carecem de infraestrutura adequada nos estacionamentos, nas vias e passeios públicos, faixas de segurança, na sinalização, comércio e nos espaços públicos em geral, proporcionando mais oportunidades de inclusão social e respeito a todo o cidadão (Ashton e Heidrich, 2011). Sobre isso, muito se pode acrescentar desde a publicação de vídeos até desentendimentos diários motivados pelo descaso a essa parcela da população. A própria sociedade acaba por negligenciar o direito dos cidadãos quando toma o lugar reservado ao idoso ou deficiente num estacionamento que já é escasso. Nesse contexto, a mãe de Gabriel, Maria comenta sobre as calçadas, portas e escadas:

“O grande problema com a acessibilidade é lidar com a cadeira e vê que na calçada não dá, na porta não passa... em Três Coroas... ou melhor, isso é geral humm... principalmente calçadas, prédios, as escadas são muito retas...”.

Neste cenário, entra a geografia do cotidiano, referenciada por Certeau (1997), como um modo de ser, fazer, representar, numa visão do olhar das pessoas que vivem, passam ou habitam um bairro de uma cidade.

Neste sentido, para Gabriel e seus familiares, são muitas as barreiras encontradas para a livre locomoção do deficiente ou da pessoa com mobilidade reduzida, mesmo que estes apresentem alto grau de autonomia. As constantes irregularidades e presença de buracos nas calçadas expõem as pessoas ao risco de quedas.

Acessibilidade significa garantir espaços que apresentam condições de acesso a todas as pessoas, independente de suas habilidades individuais. O acesso aos lugares públicos é um direito de qualquer cidadão. Todos têm direito de viver livremente como consta no artigo 5º da Constituição Federal (1988). Atualmente, "a acessibilidade é vista como um meio de possibilitar a participação das pessoas nas atividades cotidianas que ocorrem no espaço construído, com segurança, autonomia e conforto" (Moraes, 2007:29). As pessoas com deficiência enfrentam dificuldades sociais e também econômicas, sendo que as barreiras, principalmente as físicas, encontradas por grande parte destas pessoas estão presentes em suas próprias residências e se estendem para as áreas públicas urbanas e ambientes de trabalho (Carvalho, 2001). Sobre isso a mãe de Gabriel relata:

"as rampas né, hum... as portas né... de vez em quando o Gabriel tinha que ir no dentista... tinha que deixar a cadeira na rua e entrava carregado pra cadeira do dentista... sabe. A clínica dele agora tá adaptada. A clínica da saúde, humm... é cheia de escadas... antes tinha que fazer uma audiometria né, aí vimos aquelas escadas e tudo muito complicado, e era lá em cima... não tinha... não tem elevador, tu vê... só tem um prédio que tem elevador, a cultura pra acessibilidade ela é muito... fraca"

Conforme observado, nos estabelecimentos comerciais como os consultórios médicos e consultórios dentários, na maioria das vezes, a adaptação é feita na medida em que surgem as dificuldades. Porém, as necessidades de atendimentos médicos, dentistas, laboratórios para realização de exames e clínicas de fisioterapia, entre outros, pode ser maior para essa parcela da população que precisa de espaços adaptados. A família de Gabriel relata as inúmeras vezes que os familiares precisaram carrega-lo para subir escadarias para que pudesse fazer um exame auditivo, visual ou as consultas solicitadas pelo comitê paraolímpico. O pai de Gabriel, Dilceu Feiten relata que existem problemas para o deficiente, para o idoso e para as mães que conduzem carrinhos de bebês:

"Nos estabelecimentos comerciais é... em restaurantes... principalmente em restaurantes, eles ainda não... não ... conseguiram fazer uma rampa pra que o deficiente consiga entrar sozinho, não entra. Em lugar nenhum eu consegui ainda, e fala aqui ó Gabriel tu entra e as pessoas ainda não tem a noção de como é fazer a coisa certa. É... por que quando... tu só vê isso quando tu tem um deficiente... e... tu começa olha as dificuldades dos outros... a dificuldade do deficiente é a dificuldade da mãe com o carrinho de nenê, e tá cheio por aí. O idoso que acabam nem reclamando porque apanham tanto e dizem: ah! deixa assim. Então mas o deficiente ele tem que empurrar com a cadeira ele acaba ficando em casa"

Para Goffman (2004) na geografia do cotidiano existem cenários de interação no espaço público que podem ser considerados como a representação

teatral, partindo do caráter dramático, é a maneira com que o indivíduo se apresenta, em situações comuns como o trabalho e o lazer, a outras pessoas, podendo para isso utilizar diferentes tipos de fachadas. O palco são lugares do cotidiano, conhecidos ou não dos atores. Esses lugares do cotidiano, em função das novas necessidades de Gabriel, tornam-se difíceis, face a sua nova realidade física. A cidade com seus espaços inacessíveis, tornam o seu viver uma adaptação constante a esse papel social desempenhado em função da sua deficiência.

O fato de um cadeirante ou qualquer portador de necessidade especial não conseguir fazer suas refeições em um estabelecimento que esteja preparado para dar suporte é uma realidade. Mesas apropriadas e até mesmo disponibilidade de adaptadores para sua alimentação é uma boa alternativa para a conquista do cliente. Conforme relato da mãe de Gabriel quando o estabelecimento está adaptado e todo atendimento é adequado acabam conquistando a família toda, porque eles veem que a pessoa está recebendo o tratamento adequado e igualitário. Ainda, destaca-se a importância dos banheiros adaptados.

“na questão do banheiro... eles fazem banheiro adaptado dentro do banheiro feminino e outro dentro do banheiro masculino. Então tenta entender o seguinte, se eu for levar o Gabriel no banheiro... não tem, banheiro pra deficiente tem que ser à parte... banheiro masculino dum lado... banheiro feminino de outro e o banheiro de deficiente separado, e não dentro de um banheiro masculino ou feminino. Sabe... por que daí tu tem que acompanhar, né... se for do sexo feminino ele masculino, qual banheiro tem que entrar? Eu vou entrar com ele, vou ter que entrar no banheiro masculino. Várias vezes eu tive que pedi pro segurança trancar o banheiro, não deixar ninguém entrar... e dá um transtorno muito grande, por que banheiro é uma coisa que sempre se é utilizado, né ... então nessa parte é muito fraca”.

A questão da adaptação do banheiro é um dos pré-requisitos aos locais dos quais recebem pessoas. Os portadores de necessidades especiais precisam de um local só para eles. Como explica Maria Feiten, a mãe de Gabriel o correto seria ter banheiros separados dos demais. Sendo assim, esse banheiro individual poderia ser acompanhado por outra pessoa que mesmo não sendo do mesmo sexo, pode auxiliar aquele que apresenta dificuldade, sem que cause transtornos para o usuário.

“também essas coisas... os locais... eu... acho que na região aqui se tiver algum lugar que tenha banheiro pra deficiente é uma raridade, não tem. Mas o deficiente também precisa ir no banheiro. Tu chega nos hotéis, não tem um hotel é muito raro ter um hotel que a cadeira entra uma cadeira de banho num... num quarto, não entra, e eles tem que tomar banho, usar o banheiro”.

O pai Dilceu Feiten ainda relata a questão do banheiro de hotéis que também não estão preparados para receberem os deficientes. Como ele comenta,

o box de banho tem pouco espaço, o que dificulta a colocação de uma cadeira de banho no local. Para completar, Gabriel Feiten comenta suas dificuldades quanto à acessibilidade:

“outras coisas que eu tenho dificuldade, por exemplo, sair e usar o banheiro do restaurante, e ir numa festa e acontecer exatamente o que eu te falei, ir na porta do banheiro e não conseguir passar com...uma porta muito estreita...ou eles fazem uma divisória que também não tem espaço pra cadeirante”.

Conforme as leis brasileiras de acessibilidade, a condição para que um deficiente ou um portador de necessidade possa ter sua independência é de vital importância. Muitas vezes por não se ter a acessibilidade para a inclusão dessas pessoas, ele acaba excluindo da sociedade.

Muitas particularidades cercaram a vida de Gabriel desde a sua lesão, em destaque uma das sensações com os quais gostaria muito de retomar, mas que com sua lesão não será possível. Em um dos relatos o pai, Dilceu Feiten se surpreende com uma das colocações de seu filho:

“Gabriel, se tu fosse melhorar uma coisa no teu corpo, o que tu iria melhorar? Ai eu fiquei esperando, achei que ele ia dizer quero caminhar né. Sabe o que ele me disse? Eu quero ter tato... tato Gabriel? É... tato... tato Gabriel... só tato... eu fiquei. Ah! Tá achando pouco? Então vai lá dentro, pega a tua luva. Então eu peguei uma luva que por dentro é virada... vai lá pega a luva... vem aqui e pega o feijão, experimenta fazer... tu pega, mas tu não sabe o que tu tem na mão. E ele, é isso que eu sinto... sinto nada... bah! Se eu tivesse só o tato, entende... eu achei que ele queria dizer: - ah! Poder caminhar. Não... ele disse que queria só ter o tato de novo... nas mãos...”.

O simples fato de ter o tato, sentir o simples apanhar de um feijão é uma dificuldade que Gabriel encontra desde que sua lesão foi constada. Aprender a lidar com situações como essas se tornou um desafio no seu tratamento. Durante o segmento, uma viagem a Brasília ao Hospital Sarah Kubitschek, onde o Gabriel e sua mãe aprenderam diversas coisas, entre elas a utilização das adaptações com certos equipamentos que o auxiliariam no seu dia-a-dia. Nesse sentido Dilceu Feiten aborda:

“A adaptação, a... por isso que digo assim ó... todo a pessoa que sofre acidente no qual vai ficar sequela, toda... toda pessoa deveria passar um mês no Sara Kubitschek em Brasília, ou num hospital similar. Obrigatoriamente, porque tudo o que... ele usou na vida dele... mudando a vida dele, muda a vida das pessoas que convivem com ele, nós, eu, o Deco, a Nanda a Jeca... o que nós tivemos que aprender a lidar com um deficiente, a mexer com um deficiente...e isto não se aprende assim na... não se aprende assim, tu tem que ir num hospital e fazer o estágio que as pessoas fazem lá...”.

Os aprendizados adquiridos no Sara Kubitschek foram passados para todos da família, amigos e às pessoas mais próximas de Gabriel. Os amigos também aprenderam como transferi-lo de um lado ao outro sem que ele sofresse algum problema ou constrangimento. As adaptações para os equipamentos também passaram a fazer parte do cotidiano de Gabriel, conforme relata seu irmão André Feiten: “ele foi procurando outros meios para conseguir comer, pentear o cabelo, fazer a barba, o que resultava numa satisfação muito grande na conquista dessas metas”.

Cabe destacar que a família de Gabriel tem condições econômicas de lhe prover as suas necessidades adaptativas iniciais, sendo uma barreira a menos neste processo adaptativo. Este fator é importante, pois se a família não tivesse condições econômicas para tal, seria mais um empecilho para essa nova condição de vida.

Porém, antes de chegar a essa fase de querer vencer as dificuldades e de ter autonomia no desempenho de alguns afazeres pessoais, Gabriel passou por um período difícil, foram dois anos de reclusão. Conforme o irmão, André Feiten:

“Ele não se sentia à vontade com as pessoas – todos sentiam muita pena dele – e ele percebia isso. Também veio uma depressão por não poder sair, não pela falta de acessibilidade, mas pelas pessoas que ao vê-lo em uma cadeira de rodas perguntavam se ele voltaria a andar novamente”.

E acrescenta:

“Outra coisa que ele fazia... ele sempre rezava pra que chovesse na sexta-feira, por que daí a sexta-feira como ele saia, o sábado ele jogava basquete. Então foi um dos dias mais tristes da vida dele. Um bom tempo em sábado de manhã, via ele, com os olhos cansados de chorar no sábado, por causa de todas essas coisas. E outros momentos assim, que eu tenho muito marcado, foi aqui na casa, levando ele pra cama, ele pegou e disse... mãe... tu e o pai me erguem pelos braços pra ver se eu fico em pé, daí a gente segurou ele e ele caiu né. Ele não tinha mais força nas pernas, então ali foi um coisa assim... foi um choque... ele viu que a situação era feia, mas....também foi ... o... tempo passou”.

“mas ele sofreu muito por não poder sair, o Gabriel sempre foi um rapaz noturno, ele saía e voltava tarde. Até hoje, ele gosta de sair de noite, pra ele o dia não tem muito, mas se escurecer ele vai tá na rua... E... a... adaptação pra ele poder sair com os amigos....não foi fácil, chegava todo mundo pra mexer com ele. Eu comprei até uma Kombi, comprei uma Fiorino, pra levar ele...”

O tempo foi passando e Gabriel, movido por sua vontade de superar as próprias dificuldades, foi reaprendendo a viver de maneira diferente. Sentiu vontade de voltar a estudar, voltar a se divertir, voltar a participar da vida dos amigos e de ter um negócio próprio. E assim, foi: inicia o curso de Psicologia na

FACAT e monta um bar chamado de Damballah, para passar as noites que tanto gostava de frequentar. A administração do bar era feita com a ajuda da família para que ele pudesse estar recebendo seus amigos e frequentadores do Damballah. A alegria e dedicação do Gabriel pelo seu empreendimento são comentadas pelo seu pai Dilceu Feiten:

“ele teve uma das maiores alegrias dele quando ele teve aquele bar... muito competente... sempre foi bem sucedido... é... nunca tive problema com o Gabriel... nunca...nunca...nunca.... nem no local de trabalho, ele sempre...organizado. O que ele quer ele sempre vai atrás”.

A partir de nova perspectiva de vida, motivada pelo retorno aos estudos e pelo comando do seu estabelecimento comercial, foi observada uma crescente evolução no seu estado físico, aliada a uma dedicação aos tratamentos tanto farmacológicos quanto fisioterapêuticos, proporcionando-lhe melhoria na qualidade de vida e, abrindo caminho para novos voos. Gabriel passa a investir toda a sua dedicação a um novo sonho – tornar-se atleta paraolímpico.

Suas rotinas diárias foram, a partir de então, submetidas a um novo estilo de vida (Salvador, 2008) baseado na sua nova condição física. O cotidiano foi drasticamente modificado e tendo que ser adaptado constantemente.

Sendo assim, o papel que o indivíduo desempenha reporta-se, em primeiro lugar, aos papéis representados pelos outros, que são a sua assistência. Doravante, na gramática de representações de Goffman (2004), as interações sociais resultam de padronizações reguladas normativamente e que permitem aos outros entender as ações de um indivíduo.

Surge um novo quadro de referência para Gabriel, que na visão de Goffman (2004) é formal e abstrato, no sentido de poder ser aplicado a qualquer estabelecimento social; não é, contudo, simplesmente uma classificação estática. O quadro de referência está em conformidade com questões dinâmicas, criadas pela necessidade de sustentar uma definição da situação que foi projetada diante de outras pessoas.

Goffman (2004), ao destacar a construção de diferentes papéis pelos indivíduos, enfatiza que este aprenda um número suficiente de formas de expressão para preencher e dirigir mais ou menos qualquer papel que provavelmente lhe seja atribuído, como foi o caso de Gabriel Feiten.

## **Considerações Finais**

Conforme foi possível observar, com base nos conceitos discutidos nesse trabalho, a acessibilidade é um direito de todo o cidadão e assegurada pela legislação brasileira tendo como amparo legal a própria Constituição Federal. Além disso, muitas medidas da parte do poder público garantem esses direitos



à sociedade brasileira. Porém, a realidade cotidiana das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida prova a inexistência, carência e desrespeito às Leis brasileiras.

A Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transportes e de comunicação (Associação do Deficiente Físico Vale do Rio Pardo, 2004).

Assim, no Brasil, a acessibilidade tornou-se o ditame principal nas relações da sociedade para com os seus integrantes portadores de deficiência, abrangendo um amplo conjunto de aspectos: emprego, saúde, educação, reabilitação, etc., e também o espaço urbano e edificado que deve receber o portador de deficiência livre de barreiras arquitetônicas e urbanas. Todavia, por mais que se tenha ciência deste panorama, por mais que haja regulamentos que determinem a eliminação de barreiras, sua aplicação ainda se verifica muito restrita e o que se vê é a falta de acessibilidade no ambiente em geral (Santos *et al.*, 2005).

O que se pôde constatar foi que por meio das entrevistas dentro do objetivo proposto referente ao estudo de vida de cada envolvido, relacionou-se à superação de obstáculos por ele enfrentados. Foi possível através da técnica de História de Oral, evidenciar a superação de dificuldades do cotidiano de um sujeito com necessidades especiais, sendo a questão da acessibilidade um problema evidente na vida do atleta.

De acordo com os pareceres dos familiares observou-se que a acessibilidade não é só um problema de Gabriel, mas sim, é um problema de todas as pessoas que possuem algum tipo de deficiência.

No Brasil muito deve ser feito, atualmente, não existem condições de acessibilidade condizentes. Projetar a igualdade social pressupõe garantir a acessibilidade a todos, independentemente das diferenças, e entender a diversidade como regra e não como exceção. Nessa reflexão, surge um novo paradigma, em que esses valores agregados conduzem a acessibilidade a uma cultura na qual as necessidades das pessoas com deficiência e com restrição de mobilidade assumem um caráter estratégico de ação efetiva do Estado.

Considera-se esse estudo uma contribuição para o meio acadêmico, para a sociedade em geral e para o poder público, pois a partir das reflexões aqui propostas foi possível tangenciar a problemática real de uma pessoa com deficiência que enfrenta, além de desafios constantes no envolvimento com o reaprender as pequenas coisas necessárias do cotidiano como sentar, pentear os cabelos, comer, ainda a falta de acessibilidade na infraestrutura urbana da sua cidade.

As barreiras impostas pela falta de acessibilidade impedem o desempenho das menores funções que são asseguradas em Lei para todo o cidadão. Se o espaço público é de todos e para todos, não se pode explicar como um cidadão não possa se locomover nos passeios públicos sem estar exposto a algum constrangimento. Os passeios públicos, faixas de segurança, sinalizadas não garantem a livre locomoção das pessoas em geral, quanto mais dos usuários de uma cadeira de rodas. O transporte coletivo não é adaptado, os banheiros não são acessíveis e assim por diante, confinando e impedindo essa parcela da população de exercer seus afazeres, suas profissões e seu cotidiano.

É urgente que a população tenha os seus direitos assegurados. O caso do Gabriel é apenas um exemplo do desrespeito enfrentado no dia-a-dia de todos os 26, 5% da população brasileira com deficiência ou mobilidade reduzida. Por meio dos relatos se compreende que as dificuldades e barreiras são uma constante na vida dessas pessoas.

Desse modo, se deixa um agradecimento especial aos que contribuíram para a realização desse estudo, em especial ao Gabriel Feiten e seus familiares, tendo estes que se adaptarem a nova realidade física, que aceitaram se expor, relatando e revivendo momentos difíceis, visando um benefício à toda a sociedade que enfrenta diariamente as mesmas dificuldades. Acredita-se que ações como esta devam ser seguidas para a informação e sensibilização da população na urgência da correção dessas falhas para com toda a sociedade.

## Referências

- ABNT (2004) NBR 9050: **Acessibilidade de pessoas com deficiências: edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano**. Rio de Janeiro.
- Associação do Deficiente Físico Vale do Rio Pardo (2004) **Manual para Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: Um mundo para todos**. Vale do Rio Pardo: ADE-FIVRP.
- ALBERTI, V. (2004) **Manual da História Oral**. 3ª Ed. Editora FGV.
- ASHTON, M. S. G.; HEIDRICH, R. (2011) "Políticas Públicas de Acessibilidade: fator de desenvolvimento de destinos turísticos". **Espacios** (Caracas), v. 32 (4), p. 15-23.
- ASHTON, M. S. G.; HUPFFER, H. M. (2011) **Cidade Acessível e o Direito ao Lazer**. Estado de Direito, Porto Alegre/RS, p. 29-29, 01 de junho.
- BRASIL ACESSÍVEL (2006) **Turismo e Acessibilidade: manual de orientações**. Brasília, DF: Ministério do Turismo.
- BRASIL ACESSÍVEL Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. (2004) **Turismo e acessibilidade: manual de orientações / Ministério do Turismo, Coordenação - Geral de Segmentação**. 2ª ed. - Brasília: Ministério do Turismo.

- BRASIL (1989) "Decreto nº. 3.298/99 - Regulamentação da Lei no 7.853", de 24 de outubro de 1989, 1999. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paquinhas/23/1999/3298.htm>>. Acesso em: 12 junho de 2013.
- BRASIL (2000) "Lei nº. 10.098/00". Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm)> Acesso em: 04/06/2013.
- CARVALHO, L. R. (2001) **Ergonomia e o trabalho do portador de necessidade motora específica: o caso do cadeirante**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.
- CERTEAU, M. (1999) **A invenção do cotidiano** – Artes de Fazer, Petrópolis/RJ: Vozes. CORRER, R. (2003) **Deficiência e inclusão social: construindo uma nova comunidade**. Bauru, SP: EDUSC.
- COSTEIRA, N. S. (09/03/2008) "Elimine as armadilhas". **A Tribuna**. v. 4 – ed. 171 Sessão – Sua Casa . Disponível em: <<http://www.espaco.com/design/elimine-as-armadilhas/comment-page-1/>> Acesso em: 20/10/2009.
- ELY, V. H. B; DISCHINGER, M. (2003) "Desenho universal: projetando para a diversidade de usuários". [SI.]: **IAB-RS**. Disponível em: <<http://www.iabrs.org.br/artigo/?art=37>> Acesso em: 24/04/2008.
- FÁVERO, E.A.G. (2004) **Direitos das pessoas com deficiência – garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA.
- FRITZEM, S. (1998) "Ética em Dialética: elo da educação especial". In: **anais III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial**. Foz do Iguaçu, P.299-302.
- GOFFMAN, E. (2004) **A representação do eu na vida cotidiana** Rio de Janeiro/RJ: Vozes. IBGE- "Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística" (2010). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/> Acessado em: 13 de junho de 2013.
- MARQUES, C. (94/07/2007) "Projeto de indicação Nº 103/2007: oriundo do projeto de Lei". Disponível em: <[http://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramit27/p194\\_07.htm](http://www.al.ce.gov.br/legislativo/tramit27/p194_07.htm)>. Acesso em 10 junho 2013.
- MEIHY, J. C. S. B., HOLANDA, F. (2007) **História Oral Como Fazer Como Pensar**. São Paulo/ SP: Contexto.
- MEIHY, J.C.S.B. (1998) **Manual da História Oral**. São Paulo, Loyola.
- MORAES, M. C. (2007) **Acessibilidade no Brasil: Análise da NBR 9050**. 175f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, SC.
- NBR/9050 – "Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos". 1994. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/sedh/ct/CORDE/dpdh/corde/ABNT/NBR9050-31052004.pdf>> Acesso em: 03/06/2013.
- OLIVEIRA, E. T. G; MANZINI, E. J. (2004) "Acessibilidade no cotidiano do estudante com deficiência na Universidade Estadual de Londrina". In **Anais do Seminário de Acessibilidade no Cotidiano**. Rio de Janeiro, RJ.
- ROUSSO, H. (1998) "A memória não é mais o que era". In: AMADO, J. e FERREIRA, M. de M. (coord.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

- ROSS, P. R. (1998) "Necessidades educacionais em projetos de educação inclusiva". In: **Anais III Congresso Ibero-Americano de Educação Especial**. Foz do Iguaçu. p.243-247.
- SALVADOR, J. (2008) "Um enfoque sócio-antropológico sobre la vida cotidiana: automatismos, rutinas y elecciones. In: **Revista Espacio Abierto**. Vol.17 Nº3, julio-sep. p. 431-454.
- SANTOS, L. K. S.(2004) **Diretrizes de arquitetura e design para adaptação da habitação de interesse social ao cadeirante**. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal do Paraná- Curitiba, PR.
- SANTOS, A. SANTOS, L. K.S. RIBAS, V.G. (2005) "Acessibilidade de habitações de interesse social ao cadeirante: um estudo de caso". Ambiente Construído**. Porto Alegre, v. 5, n. 1, p.55-75, jan./mar.
- SASSAKI, R. K. (2006) **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7ªed. Rio de Janeiro: WVA.
- SASSAKI, R. K. (2011) **Matéria de entrevista**: disponível em: <http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?IDConteudo=6891> acesso em: 04/06/11.
- TILLEY, A. R. H. D. (2005) **As medidas do homem e da mulher**. Porto Alegre, RS: Boombman.